

37

Redistribuir



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 37, de 1960

EMENTA: Dispõe sobre a dublagem de filmes estrangeiros.
(Apresentado pelo Sr. Senador Geraldo Lindgren)

ANDAMENTO

Lido no exp. de 27.10.60

Este projeto contém 4 fls. numeradas e rubricadas, em 27.10.60 *Assump*

As Comissões de Justiça, de Educação e Cultura e de Economia, em 27.10.60

*Do Senador Jefferson Brasil
em 9.11.60*

Juntei parecer de fls. 5 a 7 da Com. Justiça. *Marcondes Sarainha, Secretário. A. S. D. em 12.1.61.*

Da S. A. a Comissão de Educação e Cultura em 17.01.60

Do Senador Miro de Aguiar para o des. exame parecer.
Parecer 19-1-61. *R. Balduino*

Juntei parecer de fls. 8 a 13 da Com. de Educação e Cultura. *Marcondes Sarainha, Secretário. A. S. D. em 2/2/61.*

Da S. A. a Comissão de Economia a 3.2.61.

Do Senador Guido Mondim - Em 3/2/61 *Myrdianus*
Do Senador Fernando Torres - Em 3/3/61 *fructus*

Juntei parecer da Comissão de Economia de fls. 14 a 20 em 17.4.1961
José Soares - Jr. Sec. de Administração em 20.4.61

Da S. A. ao Int. Geral em 21.4.61.

Com parecer da Comissão de Economia à Ata, em 20-4-61

PARECERES Nº 103 a 105/61, lidos Assump
na sessão de 24/4/61.

A Secretaria Geral da Presidência, em 24-4-61 *Assump*

Recebido o projeto na Secretaria da Presidência em 24.4.61

Incluído na Ordem do Dia da sessão de 4.5.61

para a discussão.

Na mesma data, em primeira discussão, e'

rejeitado o projeto.

No Arquivo.

A Diretoria do Arquivo, de ordem do Sr. Diretor Geral, em

CRFonsealves

CLARIC

VALVES

Diretora do Expediente

10-4-61

(10)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 1960

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 1960, que dispõe sobre a dublagem de filmes estrangeiros, tendo -

Pareceres sob ns. 103, 104 e 105, de 1961, das Comissões :

de Constituição e Justiça, favorável, com as emendas que oferece sob ns. 1 e 2-CCJ;

de Educação e Cultura, pela rejeição e de Economia, pela rejeição.

1. Discussão do projeto com as emendas.
2. Votação do projeto, sem prejuízo das emendas.
3. Se Rejeitado, o projeto para' arquivado, ficando prejudicadas as emendas.

As Comissões de Constituição e
Justiça, Educação e Cultura e
Economia, em 27/10/60.

Filme Mülle

PROJETO DE LEI Nº 37, de 1960

sobre a dublagem de filmes estrangei-
ros

Secretaria do Senado Federal
— SEÇÃO DE PROTOCOLO —

28-10-60

Manda que os filmes editados no estrangeiro se-
jam gravados no Brasil, na língua portuguesa
e, bem assim, determina que o fundo musical ou
partes musicadas sejam também gravadas por or-
questras brasileiras.

Art. 1º - A exibição dos filmes estrangeiros, impor-
tados ou produzidos no Brasil, fica sujeita aos seguintes dispositi-
vos:

- a)- a parte falada de qualquer natureza, terá a sua gra-
vação realizada no Brasil na língua portuguesa;
- b)- os executantes, quando estrangeiros, deverão fazer
prova, perante o Ministério da Educação e Cultura,
Divisão do Ensino Médio, do perfeito conhecimento
do vernáculo;
- c)- o fundo musical será gravado no Brasil, por conjun-
tos musicais brasileiros;
- d)- quando, pela natureza da película, houver necessi-
dade de associar conjunto musical típico com acom-
panhamento vocal original do país produtor, o filme
ficará dispensado das exigências da letra c. Neste
caso, pagará à Casa dos Artistas, uma taxa corres-
pondente a 50% das despesas que faria com a grava-
ção total (musical e oral) no Brasil; 50% para fun-
do do cinema educativo;
- e)- aplica-se o mesmo princípio quando o filme contiver
partes próprias dos conjuntos corais;
- f)- fica assegurado o direito às Empresas Produtoras re-
quererem ao Ministério da Educação e Cultura (Divi-
são de Cultura) a dispensa total dos dispositivos
das letras "a" e "c" desde que fundamente^m suas ra-
zões para assegurar aspetos típicos da película, a-
plicando-se, então, as exigências da alínea "d" a-
crescidos de mais 10% sobre a despesa total que se-
ria realizada se cumpridas as demais exigências.

Art. 2º - Para o cumprimento desta lei, as em-
presas produtoras, exibidoras ou seus representantes, terão o
prazo de seis meses a partir da sua publicação.

SENADO FEDERAL
PROTOCOLO GERAL

P. L. S. 42 37/60
Fls. 1
Assumpção

*Rejeitado. Em 4-5-961
Ao Arquivo.*

Leandro Mülle

G. Lindgren

Art. 5º - A dispensa de qualquer das exigências desta lei será concedida mediante prova da impossibilidade material da execução.

Parágrafo primeiro - Constituem provas de impossibilidade, as declarações dos Sindicatos ou Associações de profissionais relacionados com as atividades contidas no desenvolvimento da peça cinematográfica, tais como músicos, locutores, rádio-atores e outros.

Parágrafo segundo - Cessará a exceção quando houver comunicação em contrário por parte desses Sindicatos ou Associações.

Art. 3º - Cabe ao Ministério da Educação e Cultura, Divisão de Cultura, a fiscalização da execução desta lei.

Art. 4º - As películas cinematográficas que forem exibidas segundo os dispositivos desta lei não estarão sujeitas a qualquer tabelamento de preços.

Parágrafo único - As reduções de 50% nos preços serão concedidas apenas nos sábados e domingos.

J U S T I F I C A Ç Ã O

Os filmes cinematográficos, sem dúvida, constituem uma das maiores fontes de difusão de conhecimentos do mundo moderno e o cinema falado, por sua vez, com maior poder de comunicação, pode concorrer para a difusão da nossa língua no vasto território nacional, onde medram cerca de 60% da população, ainda em estado de analfabetismo.

Por outro lado, não se justifica que transitem, por todo território nacional filmes inteiramente falados em idiomas estrangeiros, acompanhados de legendas, muitas vezes escritas em péssimo português e até mesmo difícil leitura dada a sua má colocação na película.

Do ponto de vista da psicologia da aprendizagem,

SENADO FEDERAL
PROTOCOLO GERAL

P.D.S. nº 37/60

Fls. 2

Assinatura

Almagem

é indiscutível o efeito positivo dos diálogos e partes faladas em português, conduzindo as platéias ao bom conhecimento da língua pátria, aumentando-lhes o poder de entendimento pelo exercício de ouvir falar bem. Entretanto, no estado atual, apenas um reduzidíssimo círculo entende os diálogos e partes faladas noutros idiomas.

Dado a enorme área do território nacional, é fato que a maioria das nossas populações quase não tem contacto cultural com os irmãos de outras regiões. Ora, apesar da unidade da língua portuguesa, sabe-se da existência de variações prosódicas que dão aspecto típico a diferentes regiões do Brasil. Com o filme falado em português, os nossos patrícios de todos os rincões terão oportunidade de travar um íntimo contacto com o vernáculo correto e quasi sem variações prosódicas, ao mesmo tempo que será oportunidade para formar-se um vocabulário mais seleta para t^ôda a população brasileira.

Quanto ao lado prático convém destacar dois pontos fundamentais: em primeiro lugar, a exigência de gravar os filmes em português dará margem à formação de organizações especializadas, em traduções e fonética, isto é, os textos exigirão um bom número de tradutores. Aí está uma excelente oportuⁿidade de jovens patrícios que se dedicam ao estudo de línguas estrangeiras quasi sem resultado prático; por outro lado, o empreendimento exigirá um bom conjunto para as vocalizações, assim do tipo de rádio-atores, criando, assim, ótimas oportuⁿidades de trabalho para nossos patrícios. Em segundo lugar, as partes musicais gravadas no Brasil, darão ensejo à formação de numerosos conjuntos instrumentais, desenvolvendo, consequentemente, o círculo de profissionais da música. Em qualquer hipótese, porém, uma consequência é certa e inevitável, qual seja a ampliação, de modo considerável do mercado de trabalho, que dará melhor destinação a grande número de patrícios que não têm encontrado maior objetividade nas suas tendências artísticas ou

SENADO FEDERAL
PROTOCOLO GERAL

P.S. 4º 32/60

Fls. 3 *[assinatura]*

C. P. Malgren

filológicas.

Por fim, sob o ponto de vista prático resta acrescentar que a imposição legal aqui pretendida não é novidade, pois o sistema, de há muito, foi adotado na França e em outros países e mesmo no Brasil, a sua exequibilidade está comprovada pelos filmes exibidos na televisão, inteiramente falados em português.

Gerardo Lindgren

LN

SENADO FEDERAL
PROTOCOLO GERAL

PdS nº 37/10

Fl. 4

[Assinatura]



SENADO FEDERAL

PARECER

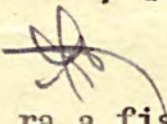
N.º 103, de 1961

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sôbre o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 1 960, que dispõe sôbre a dublagem de filmes estrangeiros.

RELATOR : Senador Jefferson de Aguiar.

Estabelece o projeto que os filmes estrangeiros , importados ou produzidos no Brasil, serão gravados em lingua portuguesa , com fundo musical gravado por orquestras nacionais.

Admite a proposição exceções, com o pagamento de taxas , que especifica (art. 1º, letras "d" e "f", in fine).

 O projeto atribui ao Ministério da Educação e Cultura a fiscalização da execução das medidas que preconiza, determinando, ainda, que as reduções dos preços serão concedidas apenas nos sábados e domingos (art. 3º e parágrafo único do art. 4º).

A criação de taxas e impostos é da alçada doutro Poder, nem teria o Senado Federal atribuição para a sua iniciativa. Nem parece justo que, admitindo exceções razoáveis as suas denominações, o projeto empusesse aos produtores de filmes estrangeiros o gravame de pagamento de taxas para a exclusão, que julga procedente.

Portanto, deverão ser excluídas do texto das letras d e f do art. 1º a incidência das taxas previstas, de acôrdo com a

DIRETORIA DAS COMISSÕES

P.L.S. 37/60

Fis. 5 *Ingendon*

seguinte

E M E N D A N^o 1 - CCJ

Excluem-se do texto das letras d e f do art. 1^o,
respectivamente:

"^Neste caso, pagará à Casa dos Artistas, uma taxa correspondente a 50% das despesas que faria com a gravação total (musical e oral) no Brasil; 50% para fundo do cinema educativo."

"... aplicando-se, então, as exigências da alínea d, acrescida de mais 10% sobre a despesa total que seria realizada se cumpridas as demais exigências."

Merece rejeição o art. 4^o do projeto, que, isentando as películas cinematográficas exibidas de acordo com as determinações da proposição de qualquer tabelamento de preços, determina que as reduções de 50% nos preços serão concedidas apenas nos sábados e domingos.

Deve ser adotada a seguinte

E M E N D A N^o 2 - CCJ

Art. - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Com as emendas adotadas por este parecer, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela tramitação do projeto n^o

Emenda da Com. de Const. e Justiça

nº 37, de 1 960, cujo merecimento deverá ser apreciado e decidido pelas doudas Comissões de Educação e Cultura e de Economia.

Sala das Comissões, em /3 de dezembro de 1 960.

[Signature], PRESIDENTE
~~*[Signature]*~~, RELATOR.
[Signature]
 Liberto Costa.
 Meneses Simentif
 Samif Ruy

vam/

DIRETORIA DAS COMISSÕES
 P.D.S. 37/60
 7
 M. Rondon



SENADO FEDERAL

PARECER

N.º

104, de 1967

DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA ao projeto de lei do Senado nº 37, de 1960, que dispõe sobre a dublagem de filmes estrangeiros.

RELATOR: Senador Mem de Sá

O projeto de lei nº 37, de 1960, de autoria do nobre senador Geraldo Lindgren, determina que "os filmes editados no estrangeiro sejam gravados no Brasil, na língua portuguesa e, bem assim, ~~(determina)~~ que o fundo musical ou partes musicadas sejam também gravadas por orquestras brasileiras". Impõe que os executantes das dublagens, quando estrangeiros, deverão fazer prova, perante o Ministério da Educação, de perfeito conhecimento do vernáculo. Admitindo exceções, quando, "pela natureza da película, houver necessidade de associar conjunto musical típico, com acompanhamento vocal original do país produtor", estabelece que, neste caso, ainda na hipótese de liberação da dublagem para assegurar aspectos típicos da película", o filme estrangeiro pagará uma taxa correspondente a 50% das despesas com a gravação total, para a Casa dos Artistas e os demais 50% para o fundo do cinema educativo.

P.H.S. 37/60

Fls. 8

In Javira

A douta Comissão de Constituição e Justiça considerou inconstitucional este dispositivo por vedar a Carta de 1946 ao Senado Federal a iniciativa de criação de taxas e impostos.

Cumpra a esta Comissão de Educação e Cultura manifestar-se sobre o mérito da proposição.

Embora rendendo homenagem aos propósitos do ilustre senador Geraldo Lindgren que, em breve passagem pelo Senado, demonstrou exuberantemente seu alto espírito e constante dedicação às causas de interesse nacional - somos radicalmente contrários ao projeto que visa a tornar obrigatória, no Brasil, a chamada "dublagem" de filmes cinematográficos estrangeiros.

Desde logo porque o cinema, não obstante constituir uma indústria, é, reconhecida e incontestavelmente, uma nova forma de arte. Se em muitos filmes, talvez a maioria, a preocupação cardinal do produtor é o lucro, ainda com sacrifício de seu valor artístico, inegável também é que, em todos, em maior ou menor grau, o cinema, como o teatro, se apresenta como veículo da interpretação de sentimentos e situações humanas. Em muitos, mesmo quando de caráter popular, o apuro da técnica e a qualidade dos atores oferecem ao espectador momentos de beleza e de emoção. Noutros, a universalmente denominada "sétima arte" alcança verdadeiros primores, obras primas de alta categoria, mediante as quais o público recebe mensagens de grande alcance social e educativo ou de inexcusável beleza. Como no teatro, no cinema a capacidade de interpretar e transmitir os sentimentos humanos constitui elemento fundamental. E, desde que a técnica possibilitou o som e transformou, de mudo em falado o cinema, o ator dêste, como no de teatro, passou a ter, na voz um dos meios mais poderosos e impressionantes da arte e da interpretação. A voz, tanto quanto o ges

P. L. S. 37/60
Fls. 9
M. Garcia

to, o físico, a expressão, caracteriza o artista e lhe faculta, de maneira personalíssima, o meio de se afirmar e de transmitir ao público a sua forma de viver as emoções e os sentimentos de personagem que incarna. Imponha-se-lhe, pelo artifício da dublagem, outra voz, e ele já não será o mesmo. Sua arte foi distorcida e corrompida pela introdução de um elemento a ele estranho, diverso dele, capaz de desfigurá-lo e desnaturá-lo em parte essencial de sua personalidade artística.

Não necessitamos, por isto, alegar a carência de equipes, de bons e numerosos intérpretes, de avançado "know how" de que, sem dúvida, ainda nos ressentimos no Brasil, para combater a introdução da dublagem em nosso país. Ainda onde estes recursos sobejam, como na Itália e na França, a experiência demonstrou exuberantemente a validade da tese que sustentamos. Naquelas nações, detentoras de todos os elementos humanos e materiais para o processo, senhoras de uma cinematografia que se situa entre as melhores do mundo, a dublagem tem tido resultados reconhecidamente negativos. As principais salas de projeção, isto quer dizer, os melhores e mais frequentados cinemas, lá não exibem senão filmes com letreiros superpostos, mantendo a voz e a linguagem originais dos artistas estrangeiros.

Entre nós, se o próprio autor do projeto reconhece que mesmo a tradução e os letreiros são, muita vez, defeituosos ou péssimos - que dizer da tradução e da vocalização dos diálogos em língua portuguesa, que exigem, evidentemente, recursos muitíssimo mais complexos e difíceis?

A verdade é que, ainda com os melhores, como nos exemplos citados, a dublagem deturpa e compromete irremediavelmente o filme no que ele pode ter de melhor. Em muitos casos, afunda a pelí

P. L. S. 37/60
 Glb. 10
 M. Tania

cula em ridículo. Imagine-se, por exemplo, o nosso "Cangaceiro" - talvez o mais conhecido filme brasileiro no exterior-dublado e falado em japonês e ter-se-á presente, em sentido inverso, a que tristes resultados a dublagem para o português arrastaria as películas estrangeiras. Nóté-se que um bom produtor ou diretor de cinema seleciona os artistas levando em consideração preliminar as suas aptidões (entre as quais, de logo, a voz) para incarnar as personagens do drama ou da comédia. Que sucederia, em consequência, a uma das obras de arte de Ingmar Bergman, de Fellini, de Zinnemann, de Ford e tantos outros, se, na dublagem, os caprichos e os interesses de sua execução lhe intromettessem, como um corpo estranho, vozes inteiramente desajustadas ao tipo daquelas personagens?

Estes aspectos bastariam, para a Comissão de Educação e Cultura, rejeitar o projeto. Outros argumentos, entretanto, ainda reforçam a posição. Assim, por exemplo, a alegação de que a dublagem favoreceria a difusão do cinema, levando em conta a alarmante e vergonhosa percentagem de analfabetos do Brasil. Entendemos que a imperativa orientação do Estado, em face de tão triste quadro, está em envidar todos os esforços possíveis para erradicar a chaga do analfabetismo e jamais, por qualquer maneira, estimulá-la ou favorecê-la. Impõe-se uma larga, ampla, profunda e radical campanha de alfabetização no país. Como disse Raquel de Queiroz, numa de suas incomparáveis crônicas, "o estado de analbeto ~~não~~ é uma condição irremediável, como a do mutilado ou cego. O analfabetismo cura-se, e cura-se fácil, independente de idade ou das condições de vida do paciente." Assim, o pretense argumento, invocado a favor do projeto, contra êle se volta, quando considerada devidamente a questão, maximé por uma Comissão, como esta, cujo dever é zelar pelo desenvolvimento da educação e da cultura.

P.L.S. 37/60
 fls. 11
 In Sarva

Vinculado a este argumento, vem o do interesse e proteção do cinema nacional. De amparo muito, esclarecido e eficiente, êle carece. Precisa, sobretudo, de estímulos para elevar-se à produção de filmes que fujam à triste grosseria das ^lchancadas e da pornografia, tão do agrado, não somente dos analfabetos, como se pensa, mas também de largas parcelas de um público que deve encontrar no cinema meio salutar de cultura. Ora, sem dúvida, o processo de dublagem levaria ao cinema nacional golpe de morte, tirando-lhe grande parte do público que o sustém. E, na situação em que nos encontramos, embora pareça paradoxal, os filmes de berrante mau gosto, verdadeiros fatores de deseducação popular, trazem pelo menos o mérito de preparar equipes, diretores e artistas, assim como proveitos materiais, que podem assegurar as bases para uma melhoria progressiva, como, de resto, já se vem verificando.

Não cremos necessário condenar o dispositivo do projeto, consoante qual "o fundo musical (das películas) será gravado no Brasil, por conjuntos musicais brasileiros", por julgarmos que representa uma demasia realmente injustificável, sob todos os pontos de vista, cujo único resultado seria agravar fortemente o custo dos filmes e, por conseguinte, o preço do ingresso nos cinemas.

Em resumo, temos, que o projeto - malgrado as boas intenções que sempre animam seu nobre autor - se aprovado, constituiria um atentado contra o bom cinema, contra o que o cinema tem de arte e de alto, prejudicaria de forma alarmante o progresso e a elevação do cinema nacional e teria como decorrência afugentar o público das salas de projeção, condenadas que seriam estas a exhibir ou filmes de valor, porém, desfigurados e comprometidos, ou películas de má qualidade, sempre sujeitas ao ridículo inerente à dublagem, como se pode avaliar, desde já, pelos filmes para crianças ou para a televisão.

P.L.S. 37/60
 Glb. 18
 M. Garcia

Os motivos e razões, rapidamente sumariados neste parecer, explicam e justificam o repúdio praticamente unânime que a notícia desta proposição provocou. Com mínimas e isoladas exceções, todos os intelectuais, escritores, artistas, produtores, diretores e críticos se insurgiram contra a idéia da dublagem, em movimento impressionante pela espontaneidade, pela autoridade das opiniões e pela veemência das vozes. Assim também os principais e mais prestigiosos órgãos da classe teatral e cinematográfica e a totalidade da imprensa brasileira.

Somos, portanto, pela rejeição do projeto nº 37, de 1960.

Sala das Comissões, em 1 de ^{Janeiro} ~~Janário~~ de 1961.

Orlando Calvo
, PRESIDENTE

Amorim, RELATOR

*Romão Fernandes
Lauo Ramos.*

LC

P. L. S. 37/60
Fls. 13
Tr. Garcia



SENADO FEDERAL

PARECER

N.º 1057 de 1967

DA COMISSÃO DE ECONOMIA ao projeto de lei do Senado nº 37, de 1960, que dispõe sobre a dublagem de filmes estrangeiros.

RELATOR: Senador Fernandes Távora

O projeto de lei que passamos a examinar, apresentado nesta Casa pelo Sr. Geraldo Lindgren, manda que os filmes editados no estrangeiro sejam gravados no Brasil, na língua portuguesa e, bem assim determina que o fundo musical ou partes musicadas sejam também gravadas por orquestras brasileiras.

2. Para justificar o projeto, parte seu autor da consideração de que o cinema falado "pode concorrer para a difusão de nossa língua no vasto território nacional, onde medra cerca de 60% da população, ainda em estado de analfabetismo." E, prosseguindo na linha do mesmo raciocínio, pondera que "com o filme falado em português, os nossos patrícios de todos os rincões terão oportunidade de travar um íntimo contáto com o vernáculo correto e quase sem variações prosódicas, ao mesmo tempo que será oportunidade para formar-se um vocabulário mais seleta para toda a população brasileira."

P. 2 S. n.º 37. 1960
Rs. 14
J. Soares

3. Abordando, em sequência, aspectos outros do assunto, alude o autor da proposição às novas oportunidades de trabalho que seriam criadas pela obrigatoriedade da dublagem, para categorias diversas de profissionais, tais, como: tradutores, músicos, atôres, etc. E observou, ainda, que a medida proposta não constituía novidade, uma vez que "o sistema, de há muito, foi adotado na França e em outros países e mesmo no Brasil, a sua exequibilidade está comprovada pelos filmes exibidos na televisão, inteiramente falados em português.

4. Em parecer que obteve a aprovação da Comissão de Constituição e Justiça, o Ilustre Relator da matéria nesse órgão técnico fez observações contrárias a um dos dispositivos do projeto e propôs duas emendas ao mesmo, com as quais estaria resguardada sua constitucionalidade.

5. Na Comissão de Educação e Cultura o Relator do projeto, em longo e circunstanciado parecer, expendeu idéias que convergiram para a tese central de que a cinematografia, mais do que uma indústria, é uma arte, constituindo "veículo da interpretação de sentimentos e situações humanas."

"Como no teatro- diz o referido parecer - no cinema a capacidade de interpretar e transmitir os sentimentos humanos constitui elemento fundamental. E desde que a técnica possibilitou o som e transformou, de mudo em falado o cinema, o ator dêste, como no de teatro, passou a ter, na voz um dos meios mais poderosos e impressionantes da arte e da interpretação."

No mesmo texto está formulada, adiante, a seguinte interrogação:

P.L.S. 37-1960
fls. 15
J. Soares

"Que sucederia, em consequência, a uma das obras de arte de Ingmar Bergman, de Fellini, de Zinnemann, de Ford e tantos outros, se, na dublagem, os caprichos e os interesses de sua execução lhe intromettessem, como um corpo estranho, vozes inteiramente desajustadas ao tipo daquelas personagens?"

E a opinião final do Relator, feitas outras diversas considerações, foi pela rejeição do projeto.

6. Vejamos agora, do ângulo sob o qual deve o assunto ser examinado por esta Comissão, que aspectos seriam mais destacáveis no conjunto do mesmo e de que maneira pesariam êles na condução sistemática de um raciocínio que nos viesse mostrar, em termos finais, a conveniência ou a inconveniência da medida proposta.

7. Deve a nossa atenção fixar-se, em primeiro lugar, nas razões apresentadas pelo autor do projeto, em apoio ao mesmo. E o que podemos dizer é que existe perfeita e inatacável lógica nessas razões; dentro do quadro conceitual adotado para o tema, reconhecemos, as ditas razões impressionam e convencem. Aí estão, para uma necessária recapitulação, os pontos nucleares dessa justificação:

I - no dia em que todos os filmes exibidos no Brasil forem falados em português, o cinema prestará inestimável serviço à causa da difusão e da unificação do idioma nacional;

II - a exigência de gravar os filmes em português e de preparar para êles uma trilha sonora brasileira abrirá imensa oportunidade de trabalho a um grande número de artistas e de técnicos patrícios, bem como determinará o florescimento de toda uma indústria nova, no país.

PLS. 37.1900
Rs. 15.
J. Soares

8. Serão tais razões, no entanto, suficientes para caracterizar, de todo, a conveniência da medida?

Julgamos que não e vamos dizer porquê.

Existe no cinema, como ninguém ignora, três aspectos fundamentais:

- a) o técnico;
- b) o cultural;
- c) o econômico;

O autor da proposição levou em conta os aspectos técnico e cultural, mas, deixou de lado o econômico.

9. Na verdade, não existe dificuldade técnica de qualquer espécie em fazer a dublagem de filmes, é bom que se diga. Já existem processos que permitem alto nível de perfeição nessa operação e se um filme dublado nos deixou má impressão, alguma vez, isso não deve e não pode servir de base a uma generalização. Na esfera tecnológica, como em outras muitas esferas, existe o excelente, o bom, o mau e o péssimo; é preciso não julgarmos impossível o melhor, pelo simples fato, accidental, de só conhecermos o ruim. E do ponto de vista cultural e artístico, também nada vemos que contraindique a dublagem.

10. Nessa parte, com a devida venia, estamos em completo desacordo com os argumentos alinhados com tanta veemência e com tanto brilho pelo ilustre Relator da matéria na Comissão de Educação e Cultura. Partiram êsses argumentos de um falso pressuposto: a de que a voz do protagonista dos filmes que desfilam pelas nossas telas pertence, invariavelmente, à pessoa física dos mesmos; ora, isso não acontece, muitas vezes, e a substituição de uma voz por outra prende-se à própria preocupação do diretor do filme, no

P.L.S. 37.1800
Fs. 17
Jozé Soares

sentido de alcançar melhor um determinado objetivo artístico, na linha geral do espetáculo.

11. Para ilustrar o que acaba de ser dito, vamos citar o exemplo recente de um filme que obteve grande repercussão em nosso país. Referimo-nos à película franco-brasileira Orfeu do Carnaval em que o primeiro personagem masculino, no papel de um cantor, fala e canta com uma voz que não é a dele, sem que isso em nada prejudicasse o efeito das cenas.

12. Restaria então, a considerar, o aspecto econômico do problema. Que repercussões econômicas traria a obrigatoriedade da dublagem de todos os filmes estrangeiros exibidos no Brasil?

13. Para responder com objetividade a essa indagação diremos que caberia, preliminarmente, fixar as possíveis repercussões não-econômicas da medida. Na composição do público que frequenta nossos cinemas, como bem acentuou o Autor da proposição, reflete-se - como não poderia deixar de acontecer - a alta incidência do analfabetismo que atinge as populações brasileiras. Uma segunda parcela desse público, embora formada de alfabetizados, não tem ainda condições de sensibilidade e de cultura para o integral aproveitamento do espetáculo cinematográfico, tal qual ele é hoje apresentado.

14. Um recurso técnico - a dublagem, no caso - que venha libertar todo esse público analfabeto e semi-analfabetizado, da tortura de não entender os diálogos e de nem sempre compreender bem as legendas em português; uma providência, enfim, que coloque a totalidade desse público em contacto direto e íntimo com a história projetada na tela - significará, em todo o país, a incorporação definitiva de alguns milhões de novos espectadores à

clientela de nossas salas de projeção.

15. Ninguém que conheça o interesse hoje despertado pelo filme nacional, mesmo o da pior espécie, entre certas camadas da população do país e, em particular, em tôdas as localidades do interior, deixaria de subscrever essa nossa afirmação.

16. Assim, no exato momento em que os filmes estrangeiros - produzidos por cinematografias de maiores recursos técnicos, artísticos e financeiros do que a nossa - atingissem as telas brasileiras, falados e contados em português, nesse momento, repetimos, estaria criado sério e quase irremovível fator de concorrência ao cinema nacional. E qualquer fator que atraze ou que impeça o desenvolvimento de nossa indústria cinematográfica estará atuando em sentido contrário ao interesse econômico do país, cumprindo-nos, em nome dêsse interesse, evitar que isso aconteça.

17. Precisamos criar, quanto antes, as condições necessárias para que se implante no país uma sólida indústria cinematográfica. Teremos, com essa indústria, a possibilidade de acabar com o sorvedouro de divisas representado pelas importações de filmes e pelo que enviamos, em royalties, pelas suas exhibições no território pátrio.

18. A instituição da dublagem dos filmes estrangeiros exibidos no Brasil, objetivo do projeto ora examinado, representaria, sem dúvida, lucrativo negócio para importadores de filmes e seus exibidores no país, mas causaria efeito de um verdadeiro impacto contra o cinema nacional, cujos estúdios e equipes não tardariam a ser monopolizados para o simples funcionamento de linhas de montagem sonora para filmes produzidos em outras terras. E no momento em que isso acontecesse, obviamente, o

P.L.S. 37-1750
Ms. 17
J. Soares

interêsse do país estaria sendo prejudicado.

19. É preciso não esquecer, como bem proclama o ilustre Relator da Comissão de Educação e Cultura, Senador Mem de Sá, que o cinema, "não obstante constituir uma indústria é, reconhecida e incontestavelmente, uma forma de arte; e que, em maior ou menor grau, o cinema, como o teatro, se apresenta como veículo de interpretação de sentimentos e situações humanas. E, desde que a técnica possibilitou o som e transformou de mudo em falado o cinema, o autor deste, como no teatro, passou a ter na voz um dos meios mais poderosos e impressionantes da arte e da interpretação.

A voz, tanto quanto o gesto, o físico, a expressão, caracteriza o artista e lhe faculta, de maneira personalíssima, o meio de se afirmar e de transmitir ao público a sua forma de viver, as emoções, os sentimentos da personagem que encarna. Imponha-se-lhe, pelo artifício da dublagem, outra voz, e êle já não será o mesmo.

Sua arte foi distorcida e corrompida pela introdução de um elemento a êle estranho, diverso dêle, capaz de desfigurá-lo e desnaturá-lo em parte essencial de sua personalidade artística."

Estas as razões que nos levam a discordar do ilustre autor do projeto em apreço e negar-lhe o nosso apoio.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1961.

Perceira Neves, PRESIDENTE
Fernandes Tavoras, RELATOR
Merio de Sá

Roberto Silveira
Fausto Cabral

João Américo
Luiz Gonzaga
Luiz Gonzaga
Luiz Gonzaga

P.L.S. 37/60
 fls. 20
 J. Soares

TERMO DE ARQUIVAMENTO d

PLS-37/60

Contém êste processo 20 fôlhas numeradas e rubricadas nos termos do art. 26, alínea b, do Regulamento, estando o mesmo com a tramitação concluída.

Diretoria do Arquivo, em 28 de junho de 1961

J. G. L. M.

Está classificado sob número de ordem 37, gaveta 681. Minutada a ficha inclusa, devolvo-o ao funcionário informante.

Diretoria do Arquivo, em 28 de junho de 1961

M. Judith Rodriguez

Confere. Submeto o processo à consideração da Sra. Diretora, com as fichas inclusas, devidamente dactilografadas.

Diretoria do Arquivo, em 30 de junho de 1961

J. G. L. M.

elg.

ARQUIVE-SE
Em 30 / 6 / 1961
Ana B. Rêgo
DIRETOR DO ARQUIVO



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE ARQUIVO
SEÇÃO DE ARQUIVO HISTÓRICO

TERMO DE ARQUIVAMENTO PROJ. LOEI DO SENADO Nº 37/60.

O presente documento com 20 folhas foi transferido da Seção de Arquivo de Proposições, nos termos do art. 98 do Regulamento do Senado Federal.

Subsecretaria de Arquivo, 3 de AGOSTO de 1982.

José Augusto Coelho da Silveira
Sub-Chefe da Seção de Arquivo Histórico

Está classificado e fichado. Submeto à consideração do Sr. Diretor, com as fichas inclusas, devidamente datilografadas.

Subsecretaria de Arquivo, 4 de agosto de 1982

Lúgia Abreu Alagemoita
Chefe da Seção de Arquivo Histórico

ARQUIVE-SE

Em 9 / 8 / 1982

Stella
Diretor do Arquivo

